



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, questão social e serviço social.

REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DO TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Bianca Gonçalves Santos Lima¹
Luana Santana Souza²

Resumo: O presente artigo aborda elementos de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que analisou a categoria trabalho na sociedade capitalista e seus reatamentos na sociabilidade dos trabalhadores. Fundamenta-se no materialismo histórico dialético, se desenvolveu através de pesquisa bibliográfica que apontou os principais elementos na apropriação do trabalho no capitalismo.

Palavras-chave: trabalho; capitalismo; trabalhador.

Abstract: The present article approaches elements of a research of Work of Conclusion of Course that analyzed the category work in the capitalist society and its refutations in the sociability of the workers. It is based on dialectical historical materialism, developed through a bibliographical research that pointed out the main elements in the appropriation of work in capitalism.

Keywords: Work; capitalism; worker.

1 Introdução

O processo de transformação da natureza e constituição do ser social se dá pelo trabalho, este se caracteriza pela interação do homem com a natureza que o faz visando a satisfação de necessidades, possuindo um caráter ontológico de emancipação do sujeito, em que sua intervenção é causa e efeito de um processo criativo.

O trabalho é o elemento fundante da sociabilidade humana, ou seja, é através dele que são construídas as relações sociais, em que são produzidos bens socialmente necessários para a sobrevivência humana. É importante destacar o caráter transformador desse processo, pois a ação humana além de mudar a natureza, muda o próprio homem e suas relações. Segundo Marx (2013), na medida em que o homem transforma natureza, começa a fazer, transformar e viver a sua história.

Atividades de cunho de sobrevivência são comuns entre os seres vivos em geral, entretanto, há uma diferenciação, já que os animais desenvolvem suas ações de

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: biancalima12@gmail.com.

² Profissional de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, E-mail: biancalima12@gmail.com.

modo instintivo e dotado de uma imediaticidade biologicamente estabelecida, enquanto os homens rompem com o padrão natural a partir de atividades teleologicamente direcionadas, realizadas mediante uma intencionalidade em que as finalidades são previamente definidas, ou seja, o homem tem a capacidade de projetar suas ações antes de realizá-las, com isso, realiza o trabalho visando alcançar determinado fim, e durante esse processo pensa a partir das condições concretas existentes. (LUKÁCS, 1979; LESSA, 1999; NETTO; BRAZ, 2008).

Dessa forma, os homens, diferentemente dos demais animais, não desenvolvem a sua atividade em uma atuação imediata sobre a matéria natural, mas utilizam-se de instrumentos para executá-la; além disso, devido ao fato de não cumprirem apenas determinações genéticas, são necessários habilidades e conhecimentos daqueles que o fazem, adquiridos por repetição e experimentação e transmitidos mediante aprendizado. Por fim, por não atenderem a um roteiro limitado e invariável de necessidades, buscam suprir o conjunto das necessidades existentes ao passo em que novas são desenvolvidas (LESSA, 1999; NETTO; BRAZ, 2008).

A universalização e generalização dos saberes é uma necessidade criada que demanda as diversas formas de comunicação. Para Netto e Braz (2008, p. 34) “O trabalho, é sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto (maior ou menor, mais ou menos estruturado) de outros sujeitos”.

Foi através do trabalho e da transformação mútua entre sujeito e natureza que a espécie se constituiu em novo tipo de ser, o ser social, desenvolvendo a partir daí outras dimensões da vida em sociedade. Passando por diferentes formas de sociabilidade, até desenvolver o capitalismo, que se baseia na propriedade privada e exploração do trabalho.

2 O trabalho no capitalismo

Com a consolidação do comércio e o seu fortalecimento, o modelo de produção feudal sofre um declínio e se inicia o processo para ser substituído, gradativamente, pelo capitalismo. Primeiramente, é preciso explicitar como um determinado produto se constitui mercadoria, bem como o seu valor é mensurado, pois é nesse sistema que ela se generaliza e passa a ser o eixo de gravitação da sociedade. A mercadoria, como discorre Marx (2013), como todo produto, é um objeto que, por meio de suas propriedades materiais, é criado no intuito de satisfazer necessidades humanas, portanto, possui um valor de uso. Mas, é essencialmente caracterizada por ser um objeto feito para a troca, possuindo, assim, um valor de troca.

Independentemente do modo de produção, o homem produz bens materiais na intenção de suprir o que é preciso para sua sobrevivência, dessa maneira, Marx (2013, p. 158) afirma que “[...] os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. [...]”. Diferente deste, o valor de troca é definido através da mercantilização da economia, na relação quantitativa do produto. Torna-se perceptível que para o bem material feito pelo homem ser mercadoria é preciso que ele tenha, ao mesmo tempo, ambos os valores.

Segundo Marx (2013), os valores podem ser medidos através da quantidade de trabalho contida no produto, sendo medida através do tempo de trabalho, ou seja, a sua duração (hora, dia etc.). Marx (2013, p. 162) ainda diz que “[...] o tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”, em que devem ser levadas em consideração as necessidades sócio históricas e também as fisiológicas (NETTO; BRAZ, 2008).

Com os processos de trabalho sendo modificados e buscando atender aos novos interesses da classe burguesa, a sociedade passa, gradativamente, ao modelo de produção capitalista. Este é caracterizado pela divisão das classes sociais, os capitalistas/classe burguesa e a classe trabalhadora, em que a classe dominante (burguesia) explora a força de trabalho da classe dominada (trabalhadores), ou seja, o capitalista “[...] é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha – ele compra a força de trabalho que, com os meios de produção que lhe pertencem, vai produzir mercadorias.” (NETTO; BRAZ, 2008, p. 83).

Os trabalhadores constituídos como classe livre, mas desprovida de meios de produção e objetos de trabalho, têm somente a sua força de trabalho como meio de sobrevivência, transformada em mercadoria. Dessa maneira, ocorre a compra da força de trabalho através do salário para atender às necessidades do capital, e minimante as do trabalhador, cuja finalidade é produzir o lucro.

Torna-se evidente que o sentido do trabalho é modificado, deixa de ser apenas utilizado para suprir necessidades de subsistência humana, e passa a ser, também e, fundamentalmente, produtor de riquezas para uma pequena parcela da sociedade, enfatizando-se o caráter de desigualdade. Segundo Silva e Silva (2010, p. 115), “[...] o que deveria ser a finalidade básica do ser social é pervertido e degradado, isto é, o trabalho é subjugado ao capital, tendo em vista que o processo de trabalho é apenas meio de sobrevivência, a força de trabalho é mercadoria que produz outras mercadorias”.

Marx (2013) identificou o duplo caráter do trabalho efetivado na mercadoria: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O primeiro é basicamente o trabalho enquanto categoria fundante do ser social, cujo contato com a natureza para suprir necessidades de sobrevivência cria valores de uso, necessários para existência do homem enquanto o segundo subordina a existência a um processo no qual o valor de uso é mediado pelo valor de troca. Para compreendê-los, portanto, é preciso retomar o trabalho, situando-o historicamente como trabalho em si mesmo, e adentrar na ordem capitalista na qual se materializa o trabalho abstrato.

A produção de um bem cuja utilidade se dá expressamente para a satisfação do indivíduo que executou seu processo produtivo possui somente o valor de uso, próprio do trabalho concreto; entretanto, quando é realizada essa mesma atividade, mas visando a troca em outro bem diferente, cria-se um valor de uso social que enseja a troca, e esses produtos nessa relação tornam-se mercadorias, medidas pela quantidade de trabalho que têm incorporadas (ARANHA, 1999; MARX, 2013).

A força de trabalho tornada mercadoria no capitalismo é a única que pode gerar valor e mais-valia, dessa forma é vista como criadora de valor e riqueza e não apenas como atividade útil produtora de valor de uso. Nota-se, portanto, que há a apropriação pelo capitalista da força de trabalho mediante a condição assalariamento, ou seja, nos termos de Marx (2013), o trabalhador é explorado porque ao vender a sua força de trabalho por determinado tempo, ele aliena o seu valor de uso. Dessa forma, tudo o que é produzido além do correspondente ao valor da força de trabalho, pertence ao capitalista (ARANHA, 1999; MARX, 2013).

No século XVI, o modo de produção capitalista teve sua primeira fase, em que os comerciantes tiveram papel fundamental e a manufatura e a circulação de mercadorias foram os primeiros passos para seu desenvolvimento, tal etapa ficou conhecida como capitalismo mercantil ou comercial. Ele se baseia fundamentalmente na especulação, na compra e venda de mercadorias por um preço sem interligação ao seu valor-trabalho, comprando para vender mais caro, manifestando o capital mercantil (MARX, 2013; NETTO; BRAZ, 2008; BRESSER-PEREIRA, 1989).

Em confronto com os interesses da nobreza feudal, os comerciantes conseguem se fortalecer ao enriquecer com o acúmulo dos capitais comerciais e conseguem se firmar como a classe que controla a economia. Diante dos limites que eram postos pela ordem feudal, a burguesia passou a rompê-los, iniciando o período que foi marcado pelas grandes expansões marítimas europeias, que visavam encontrar novas rotas de comércio. A partir disso, se iniciou uma interligação comercial entre os continentes, mostrando que o capital tem grande potencialidade para a mundialização.

As relações de trabalho nessa época foram definidas pela expulsão dos homens do campo, havendo um aumento da massa de trabalhadores “livres”, que só tinham a força de trabalho como sua fonte de renda para sobreviver. Assim, ela era transformada em mercadoria para os proprietários do capital, e os trabalhadores eram submetidos ao trabalho assalariado (TEIXEIRA; SOUZA, 1985).

Com essa nova configuração do trabalho, pode-se perceber que a exploração do homem pelo homem ainda continua, mas de uma maneira diferente das sociedades anteriores, sendo através do trabalho assalariado. Este implica na submissão do trabalhador às necessidades do capital. Quando o proletariado faz isso, o trabalho não é apenas realizado para as necessidades humanas e para sua sobrevivência, mas principalmente para a acumulação de riqueza da classe dominante, sendo que eles passam a ser considerados instrumentos para a necessidade de outros, como coisas, este é o processo de alienação (LESSA, 1999).

O cenário do capitalismo comercial tinha como sistema de trabalho a manufatura, em que existiam oficinas que pertenciam aos possuidores dos meios de produção com materiais voltados para a produção artesanal. É perceptível que há a separação do trabalhador e dos meios de produção, sendo importante destacar que era sua habilidade manual que determinava o ritmo da produção, comandando o processo de trabalho. Laudares (2006, p. 3) diz que “[...] as relações de trabalho eram verticalizadas e o artesão dominava todo processo de produção, do planejamento à comercialização do seu produto”. Mas, com isso, é introduzida na manufatura a cooperação de trabalho, que acaba reduzindo o tempo de trabalho da produção de um determinado produto, dessa maneira, ocorre um aumento da produtividade, ou seja, de trabalho excedente (TEIXEIRA; SOUZA, 1985).

O trabalho excedente é denominado mais-valia, que é o valor gerado a mais, ou seja, é a taxa de exploração do trabalho pelo capital. Segundo Netto e Braz (2008, p. 101), “[...] a parte que excede o valor de sua produção/reprodução é apropriada pelo capitalista, a relação capital/trabalho, personalizada na relação capitalista/proletário, consiste, pois, a expropriação (ou extração, ou extorsão) do excedente devido ao produtor direto (o trabalhador)”. Este valor à parte é apropriado pelo capitalista, pois a força de trabalho é pertencente a ele. O trabalhador vende sua força de trabalho em troca de salário e, dessa maneira, o capitalista consegue extrair a mais-valia, que é a fonte de seu lucro.

A lógica do capital, para Netto e Braz (2008), traz a passagem do modelo mercantil simples, que tem a troca como principal meio, cujo objetivo é a obtenção de lucro com a venda de mercadorias, em que vende-se para comprar e vice-versa, para o capitalismo industrial, que visa com a produção de mercadorias a aquisição de mais

dinheiro, de capital, de maneira que se produz para obter valores maiores do que o investido, sendo o lucro obtido pelo excedente de trabalho socialmente necessário que gera a mais-valia.

O processo de transição, do século XVIII, foi marcado pela Revolução Industrial que trouxe uma nova forma de produção, com o advento das máquinas, em que se deu a “[...] substituição da manufatura pela fábrica, da ferramenta pela máquina e da energia física pela mecânica.” (ARANHA, 1999, p. 50). Nesse momento, o homem percebe que a fonte de riqueza está no trabalho e não nas relações comerciais de circulação, e essa nova configuração gera impactos significativos nas formas de sociabilidade. A divisão e a complexificação do trabalho ocasionaram a desqualificação do operário que não mais tinha ciência de todo o processo produtivo, que se constituía como fragmentado. Foram desenvolvidas técnicas, consoante Kuenzer (2001), cujo foco estava na diminuição de tempo na produção de mercadorias, menos erros e desperdícios visando o máximo de extração da mais valia, para aquisição do lucro.

Com o progresso científico e incremento das forças produtivas houve um aumento da capacidade de produção, à medida que se possibilitou a diminuição de horas do trabalho socialmente necessário por dia. O capital, diante dessa conjuntura, ao se apropriar desse avanço, vislumbrou uma forma de aumentar significativamente sua taxa de mais valia, com extensas cargas horárias e ritmo intenso de trabalho, assim como a divisão social do trabalho em um modelo fragmentado, que apresentava ao trabalhador uma nova forma de exploração extremamente precarizada e árdua, que impactara diretamente em suas vidas. Tal fato está associado à diminuição de trabalhadores no quadro da indústria que leva a um quadro de elevado desemprego, e, ao mesmo tempo, um aumento do exército industrial de reserva, formado por aqueles condenados à ociosidade socialmente forçada (SANTOS, 2012).

A concentração dos operários aos arredores das fábricas impulsionou o processo de urbanização, sem estruturas e investimentos para sua ocorrência, tendo como consequências, níveis de morbidade, mortalidade, fome, doenças, condições insalubres de moradia, baixos salários e desemprego, se configurando como expressões da questão social. Um novo fenômeno é detectado, no qual a miséria crescia proporcionalmente à capacidade de produção de riquezas, em que a questão social emergiu fruto da contradição capital trabalho que se gestava no bojo da sociedade, caracterizada pela extrema pauperização e desigualdade social (NETTO, 2001; SANTOS, 2012).

Aos capitalistas interessa a manutenção de uma taxa de desemprego, uma classe extra de trabalhadores a mais que possam servir de instrumento e constante

ameaça para os que já estão empregados. Utilizam-se dessa expressão da “questão social” para explorar a força de trabalho em condições desumanas de vida, e aos excedentes resta esperar por uma chance que quase sempre não chega, expostos a condições máximas de precarização da vida.

Esse período caracterizado pelo capitalismo concorrencial e pelo Estado liberal tinha como característica a livre iniciativa e concorrência, em que a economia se auto regulava pela lei do mercado, e o capital bancário e comercial estavam subordinados ao capital Industrial. O Estado tinha como função apenas a manutenção da ordem e proteção da propriedade privada, sem interferência na economia, exceto em atividades que não fossem rentáveis para o capital (MELLO; COSTA, 1993 apud ARANHA, 1999).

É necessário destacar que no capitalismo concorrencial houve a concentração e centralização do capital, dando origem aos monopólios, em que essas grandes empresas passam a controlar um maior número de trabalhadores e de matéria-prima, garantindo uma hegemonia no mercado (BONIN, 2010).

Houve um avanço e incremento das forças produtivas cada vez maiores, nos últimos trinta anos do século XIX, de forma que alguns teóricos costumam denominar de Segunda Revolução Industrial, justamente, por haver um grande avanço tecnológico e científico que se encaminha para a mudança na base técnica de produção, que se utiliza da ciência em um processo de materialização do trabalho vivo em trabalho morto, caracterizando-se a fase do capitalismo monopolista. Reflexo desse processo tinha-se agora a construção de blocos econômicos que controlavam ramos industriais inteiros, com capacidade de diversificação, e mecanismos de articulação para controle das atividades econômicas (NETTO; BRAZ, 2008).

Com a crise que ocorreu em 1873, o capital que vinha sendo produzido passou por modificações que consolidaram essa fase: a concentração e a centralização do capital, em que grandes capitalistas se sobressaíam com a criação de monopólios, no qual diversos ramos industriais na economia mundial estavam sobre seu controle, além de serem responsáveis em empregar um grande número de trabalhadores. Essas atribuições faziam com que os grandes capitalistas tivessem uma forte influência na dinâmica econômica, na qual tinha domínio no controle de preços, no volume da produção e nos tipos e volumes dos seus investimentos. Inclusive as pequenas e médias empresas se encontram subordinadas às pressões monopolistas (GOLDENSTEIN, 1986; NETTO; BRAZ, 2008; ARANHA, 1999).

Diante do crescimento no mercado industrial, gera-se uma disputa cada vez mais acirrada em que se precisava de investimentos monetários para manter uma competição em níveis equiparados com e entre os grandes monopólios, desse modo

os bancos passam a exercer a função básica de concessão de crédito, esse processo contribuiu para a centralização do capital. Com total acesso as estruturas das empresas capitalistas os bancos possuíam uma visão privilegiada acerca de quais os melhores negócios para participação, se tornando acionistas daqueles que eram lucrativos, assim como as empresas partilhavam da mesma logística, ocorrendo nesse momento a fusão dos monopólios industriais e bancários (NETTO; BRAZ, 2008).

As exportações se dão no âmbito de capitais e não mais de mercadorias, em um processo de internacionalização. O domínio econômico dos grandes blocos enseja uma partilha territorial do mundo, dividindo entre as potências capitalistas importantes (LÊNIN, 1977 apud NETTO; BRAZ, 2008). O capitalismo monopolista, financeiro, é marcado pela união entre o capital industrial e o capital bancário, sendo descrito como o processo mais amplo de racionalização da dominação capitalista, a qual parece atingir historicamente seu desenvolvimento máximo (GOLDENSTEIN, 1986).

Diante dos avanços desse sistema de produção que se expressava no mercado mundial, as relações de trabalho também tiveram suas modificações. O capitalismo monopolista aprofundou a dominação sobre o trabalho e sobre o trabalhador, e isso pode ser percebido através das formas cada vez mais elaboradas de organização do processo produtivo e mudança da base de acumulação. Além disso, há também a mudança na gerência das indústrias e da classe trabalhadora (BRAVERMAN, 1974; GOLDENSTEIN, 1986).

Nessa fase do capitalismo são demandados mecanismos de intervenção extra econômicos, e para desempenhar esse papel é elencado o Estado. Há um redimensionamento da função que era exercida pelo mesmo, na fase concorrencial era mantenedor das condições externas da produção capitalista, agora além dessa atribuição, passa a intervir também política e economicamente, enquanto forma de assegurar os superlucros dos monopólios, atuando como instrumento de organização e administração dos ciclos de crise (NETTO, 2017).

Tem-se a contínua preservação e controle da força de trabalho ocupada e excedente, explicitando-se que no monopolismo há uma materialidade maior dos movimentos dos trabalhadores, enquanto categoria de luta. Esse período tem como característica uma articulação mais sólida da classe trabalhadora e de movimentos sociais, que se choca com a necessidade de legitimação dos monopólios (NETTO, 2012).

São criadas políticas sociais, que se configuram como uma conquista para os trabalhadores, todavia, sem perder o caráter crítico da análise aqui realizada, elas desempenham uma função de administrar as expressões da questão social como um artifício do capital, visando primordialmente atender as demandas da ordem

monopólica, a exemplo da manutenção das formas de consumo, assegurando o desenvolvimento do seu sistema. Diante desse quadro, o Estado adquiriu uma imagem de mediador de classes, que escondia a sua verdadeira essência de serventia à classe dominante (NETTO, 2012).

No capitalismo, as crises são causadas pela superprodução de valores, a produção de bens é suficiente para suprir as necessidades de consumo de valores de uso, o que ocorre é que esses não encontram consumidores que possam pagar pelo seu valor de troca, havendo uma oferta maior que a procura, em que o capital se vê diante de uma situação de ameaça e restringe a sua produção, conforme Netto e Braz (2008).

As principais consequências, para além da estagnação da produção, são a queda de preços e salários e o desemprego. A crise dentro do modo de produção capitalista é, portanto, um atributo que lhe é inerente, não há capitalismo sem ela. Isso leva os capitalistas a recorrerem a novos mecanismos que permitam que o sistema volte a se fortalecer, buscando novas formas para a reestruturação produtiva.

A superacumulação e o subconsumo são manifestações de um período marcado por uma crise do sistema vigente. A contra tendência à crise dos anos 1970 verifica-se, como situa Iamamoto (2001), mudanças nas formas de produção e gestão do trabalho, frente às exigências impostas pelo mercado, em uma conjuntura de mundialização do capital, que mostrou uma alteração nas relações econômicas, políticas, sociais e entre Estado e sociedade. A economia passa a ser norteadada pela financeirização do capital, em um estágio de acumulação flexível.

Segundo Silva (2010, p. 245) “[...] uma das consequências diretas do capital na busca de racionalização e flexibilização dos processos de trabalho está na manutenção de altos níveis de produtividade, dispensando parte da mercadoria força de trabalho”. Exigem-se trabalhadores polivalentes diante de um incremento do trabalho morto, em que há também uma quebra do paradigma de espaço físico, ocorrendo a fragmentação da produção em diferentes postos de trabalho situados preferencialmente em países periféricos, que possuem legislações trabalhistas mais frágeis bem como outras questões beneficiárias aos capitalistas, e mantêm-se as matrizes nos países centrais, em um fenômeno denominado globalização, o qual pode ser explicado pelo advento das transnacionalização da economia.

Netto (2012) situa que desde os anos de 1990 foram registradas crises financeiras em todo o globo, como expressões localizadas da lógica contraditória do capitalismo, todavia não se apresentam apenas no plano econômico, indo para além de questões pontuais, se configuram como sistêmicas.

As crises sistêmicas do capital ocorrem devido à expansão contínua que desenvolve suas bases produtivas procurando cada vez mais substituir o trabalho vivo pelo trabalho morto objetivando o máximo de lucro, o que gera uma acumulação de capital sem precedentes, que projeta a crise de superprodução, em que as consequências se dão através do aumento do desemprego e redução de mercado consumidor.

As circunstâncias impostas pelo capital ao trabalhador se tornam cada vez mais difíceis, pois este se encontra em uma situação de superexploração com condições precarizadas de trabalho. Além disso, o desemprego é uma variável existente dentro do sistema que está comprometido com a manutenção do exército industrial de reserva. A falta de emprego faz com que o indivíduo se submeta às exigências de mercado, ainda que estas lhes dêem atribuições para além das suas competências e em circunstâncias adversas.

As transformações no mundo do trabalho refletiram, de imediato, na classe trabalhadora, que passou a ser mais heterogênea e fragmentada, e sujeita a flexibilização na organização produtiva e nos contratos de trabalho, a privatização do Estado, a desregulação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (ANTUNES, 2011). Considerando essa perspectiva, os assistentes sociais também estão submetidos às exigências impostas pelo sistema por ser trabalhador assalariado, sujeitos à exploração do trabalho e às condições precárias no ambiente laboral. Os mecanismos da lógica capitalista incidem fortemente no exercício profissional do assistente social, estando relacionados à, como afirma Bolzan (2016, p. 1), “[...] relação às jornadas de trabalho, salários altamente discrepantes, vínculos com ausência de direitos sociais (férias, licença maternidade, etc.) e falta de investimento nas condições físicas, materiais e humanas”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ARANHA, L. **Educação e trabalho no contexto da terceira revolução industrial**. São Cristóvão – SE: Editora UFS, 1999.

BOLZAN, D. P. As transformações no mundo do trabalho e suas implicações para o Serviço Social. Vitória (ES, Brasil), 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/12875>>. Acesso em: 9 jun. 2019.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1974.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **De Volta ao Capital Mercantil**. 1989. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1988/88b-CapitalMercantil.pg.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BONIN, E. **O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. 2010. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_unioeste_geo_pdp_evaldo_bonin.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GOLDENSTEIN, G. T. **Trabalho e dominação no capitalismo monopolista: um esboço de sistematização**. 1986. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v26n4/v26n4a01.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

IAMAMOTO, M. V. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 Brasília: ABEPSS, 2001.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica: As relações de produção e a educação do trabalhador**. 5. ed. Cortez, 2001.

LAUDARES, J. B. **As Relações de Trabalho numa Sociedade Capitalista**. 2006. Disponível em: <<https://revistas.utfpr.edu.br/rts/article/download/2466/1585>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. **Capacitação em serviço social e política social: módulo 2: Reprodução social, trabalho e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELLO, A. F. **Crise mundial e reestruturação produtiva: algumas questões de ordem teórica**. 2004. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3169/1/Artigo_CriseMundialReestrutacao.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2019.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Revista Temporalis**, Brasília, ano 2, n. 03, p. 41-49, jan./jul. 2001.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n111/a02.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2019.

_____; BRAZ, M. **Economia Política**: Uma introdução crítica. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2008, v. 1.

SANTOS, J. S. **Questão Social**: Particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012.

SILVA, J. F. S.; SILVA, M. I. Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência. **O Averso do Trabalho II**. Trabalho, precarização e saúde do trabalhador. Produção Liofilização e a Precarização Estrutural do Trabalho. Raquel Santos Sant'ana et al. (Org.), 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010. P. 109-136.

SILVA, M. M. Redes de Relações Sociais e Acesso ao Emprego entre os Jovens: O Discurso da Meritocracia em Questão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 243-260. 2010. Disponível em <http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/artigo_marileia_educ_e_sociedade.pdf> . Acesso em: 9 jun. 2019.

TEIXEIRA, D. L. P.; SOUZA, M. C. A. F. Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, 25 (4): 65-72 out/dez. 1985. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v25n4/v25n4a07.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.